

28 NOV 1992

Brasília, sábado, 28 de novembro de 1992

11

# Plano de curto prazo só sai dia 12

O presidente Itamar Franco decidiu adiar para os dias 12 e 13 a definição do plano de ação de curto, médio e longo prazos. A informação foi dada ontem à noite pelo ministro do Planejamento, Paulo Haddad. Segundo ele, o encontro, que durou mais de seis horas, serviu para definir as modificações que serão introduzidas no programa de privatização. "É inconcebível que o Governo tenha vendido tantas empresas e recebido tão pouco", queixou-se Itamar Franco.

As novas regras, contudo, só serão oficializadas depois que passarem pelo crivo da Consultoria Geral da República. "As mudanças visam garantir maior ingresso de recursos nos próximos leilões", disse Haddad, que garantiu que no próximo leilão, da Ultrafértil, serão utilizadas as regras atuais.

**Dívidas** — O governador de São Paulo, Luís Antonio Fleury, só poderá assinar o empréstimo de 450 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) se refinanciar as dívidas do estado com a União.

A informação foi dada ontem pelo ministro do Planejamento quando anunciou a estratégia do Governo para regularizar os débitos vencidos e não pagos por estados e municípios e empresas estatais: a União só será avalista de operações de empréstimo no exterior para quem estiver pagando em dia suas dívidas.

A nova política de relacionamento com governadores e prefeitos foi discutida ontem com o presidente em exercício Itamar Franco, durante a longa reunião que analisou os diversos aspectos da conjuntura econômica brasileira. Participaram do encontro os ministros do Planejamento, Paulo Haddad, da Fazenda, Gustavo Krause, da Indústria, do Comércio e do Turismo, Andrade Vieira, Trabalho, Walter Barelli, da Justiça, Maurício Corrêa e os presidentes do Banco Central, Gustavo Loyola, Banco do Brasil, Alcyr Calliari, da Caixa Econômica Federal, Danilo Castro, e do BNDES, Antônio Barros de Castro.

**Certidão** — Na parte relativa ao programa de curto prazo, ana-

lisada ontem, está previsto que os acordos de contratação de empréstimo somente serão assinados com a apresentação de uma certidão do Tesouro Nacional atestando que o tomador do empréstimo não é devedor da União. Segundo o ministro, desde que assumiu o cargo foram equacionados 13 casos de inadimplência no setor público. Não quis, porém, revelar se a negociação envolveu também governos estaduais.

Paulo Haddad explicou que o Governo dispõe de três instrumentos para resolver o problema do estoque da dívida dos estados e municípios e das empresas estatais. Um deles é o chamado "acerto de contas", no qual os débitos são cancelados na medida em que é identificada a cadeia de credores e devedores, envolvidos em uma "ciranda complexa". Outro caminho é o bloqueio das contas dos devedores nas instituições oficiais de crédito e o terceiro instrumento, a concessão do aval da União somente para quem estiver pagando normalmente suas dívidas.